DESENGAJAMENTO MORAL NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AMAZÔNIDA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Herbert William RAMOS^{1*}; Querla Mota dos SANTOS²; Jairo MAIA³

1. Acadêmico do 8º período do curso de Psicologia do Centro Universitário São Lucas/Afya/Porto Velho/RO (UniSL/Afya) – herbert_wr@hotmail.com. 2. Acadêmica do 8º período do curso de Psicologia do Centro Universitário São Lucas/Afya/Porto Velho/RO. Mestra em Estudos Literários pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - querla.qms@gmail.com. 3. Orientador. Mestre em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Psicólogo formado pela Universidade Luterana do Brasil – Campus Porto Velho/RO; Docente do componente curricular Psicologia Social, ofertado no 7º período do curso de Psicologia do Centro Universitário São Lucas/Afya/Porto Velho/RO (UniSL/Afya) no ano de 2022 - jairo.franca@saolucas.edu.br

*Aluno correspondente: herbert_wr@hotmail.com

Recebido em: 09/10/2022 Aceito em: 11/11/2022

RESUMO: Este estudo teve como objetivo principal investigar a ocorrência do fenômeno do desengajamento moral nos discursos de pessoas que tenham praticado algum tipo de violência física contra a mulher na região Norte do Brasil. Por meio de levantamento bibliográfico de estudos voltados para a violência contra a mulher no contexto amazônida, produzidos nos últimos cinco anos, cujo foco de análise se encaixasse em seis descritores, a saber: violência doméstica; violência de gênero; violência contra a mulher; análise do discurso do agressor; autor de violência; e desengajamento moral. Os resultados encontrados apontaram a ocorrência do desengajamento moral, por meio da utilização dos mecanismos de justificativa moral, linguagem eufemística, comparação vantajosa, deslocamento da responsabilidade, desprezo ou desconsideração das consequências e desumanização, não sendo encontradas evidências da utilização do mecanismo de difusão da responsabilidade. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o fomento dos debates sobre o tema e para a realização de novos estudos, em especial com foco no público atendido pelo Projeto Abraço, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, garantindo um olhar e um fazer psicológico mais atencioso para a população deste Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Violência. Desengajamento Moral. Projeto Abraço. Psicologia Social.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo primário investigar a ocorrência do fenômeno do desengajamento moral entre os homens que tenham praticado algum tipo de violência contra a mulher na região norte do Brasil, por meio de levantamento bibliográfico de estudos voltados para a violência contra a mulher no contexto amazônida, produzidos nos últimos cinco anos, cujo foco de análise se encaixasse em seis descritores, a saber: violência doméstica; violência de gênero; violência contra a mulher; análise do discurso do agressor; autor de violência; e desengajamento moral.

Esses estudos, necessariamente, deveriam conter, ainda que parcialmente, a transcrição de discursos de homens que praticaram violência contra a mulher, a fim de que fosse realizada a análise dessas informações, para verificar se tais discursos se utilizam de alguma das formas de desengajamento moral, dentro dos padrões de Bandura (2015).

A motivação para a elaboração de um estudo desta natureza surgiu a partir da reflexão sobre a realidade experimentada pela população amazônida, distante dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, pois os Estados localizados

na região Norte do Brasil possuem características muito diferentes das megalópoles, principalmente em razão de estarem situados em parte da floresta tropical amazônica.

Somente a título de exemplo, citamos as comunidades ribeirinhas, que, em razão do espaço geográfico, habitam as margens dos rios de forma muito diferente das pessoas que vivem nas megalópoles, pois não se voltam para as metrópoles, não possuem o mesmo tipo de moradia e não consomem os mesmos produtos. Em vez de focar no consumo, os ribeirinhos quase sempre produzem ou fornecem o que retiram do cultivo que fazem: farinha, açaí, mandioca, peixes, dentre outros produtos para a "cidade".

Não raro, este aspecto do ser-ribeirinho é visto de forma inferiorizada e estigmatizada, pois, simbolicamente, o valor das casas de palafitas e o modo de vida dessas pessoas está longe, muito longe, dos padrões estéticos das luxuosas mansões do Jardim Paulista, por exemplo, vendidas por milhões de reais.

Esse é apenas um dos muitos tipos de culturas e formas de existência diferentes que compõem a realidade amazônica, e essa diferença não fica restrita apenas às formas como cada grupo obtém seu sustento, ou como se relaciona com a sociedade ao seu redor. Todos os aspectos da vida são tocados por essas nuances, inclusive os aspectos psicológicos.

Quão perto a Psicologia chegou desses grupos – e aqui não falamos apenas dos ribeirinhos - que são tão diferentes das comunidades estabelecidas nas megalópoles? Isso suscita em nós o questionamento sobre a validade das teorias psicológicas estrangeiras nesse contexto em especial no cenário doloroso de violência e adoecimento social que vivemos atualmente, não somente na região Norte do Brasil, mas em todo o país.

Uma das classes mais atingidas por essa violência está delimitada por seu gênero, ao mesmo tempo em que é perpassada por múltiplos fatores. A violência contra a mulher continua assustando por sua magnitude e amplitude de impactos sociais e, por isso, não pode ser ignorada nas pesquisas acadêmicas e nas políticas públicas.

Embora as discussões a respeito da violência contra a mulher tenham avançado consideravelmente nas últimas décadas, resultando inclusive na criação da ONU¹ Mulheres, por exemplo, ainda nos deparamos com a triste realidade de números altos nos relatórios que tratam esses dados.

Dois grandes relatórios sobre a violência no Brasil podem ser citados como base para nossa compreensão da amplitude de tal violência. O primeiro é o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021, que aponta que 34,5% dos homicídios cometidos contra mulheres

¹Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

no Brasil foram classificados como feminicídios, ou seja, tais mulheres e meninas morreram apenas por serem do gênero feminino.

Rondônia figura como o quarto estado com a maior taxa de homicídios femininos do Brasil, e mantém a proporção entre homicídios femininos e feminicídio em 24,6%. Ainda segundo o anuário, no ano de 2020 os feminicídios aumentaram 0,7%, sendo que 74,7% das vítimas tinham entre 18 e 44 anos, 61,8% eram negras, 81,5% foram mortas por companheiros ou ex-companheiros e 55,1% desses crimes foram cometidos com armas brancas. (FBSP, 2021).

O segundo relatório que pode nos fornecer dados mais claros sobre a situação é o Atlas da Violência 2021, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nele vemos as informações a respeito do ano de 2019 compiladas e confirmando que infelizmente as maiores vítimas de violência contra a mulher são as mulheres negras. Nove dos dez estados onde ocorre a maior taxa de homicídio feminino são das regiões norte e nordeste, estando Rondônia entre eles, na nona posição. (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

A análise desses dados nos remete ao conceito de interseccionalidade explorado por Akotirene (2019, p.14), que esclarece que tal conceito “é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista”.

Segundo ela, as estruturas sociais formam avenidas identitárias por onde as mulheres negras podem transitar e nas quais sofrem as limitações impostas pela sociedade. Essas avenidas muitas vezes se cruzam, unindo os sofrimentos causados pelo racismo, machismo, pela invisibilidade e pelo modelo cisheteropatriarcal em pontos em comum (AKOTIRENE, 2019). Por isso, não é possível falar sobre violência e suas causas sem ponderar os quase incontáveis fatores históricos e sociais responsáveis por realçar, manter e reformular tal violência.

De acordo com Lane (2017), esses pontos em comum são esperados em virtude do fato de que a própria constituição do eu, segundo a autora, se dá na sociedade, e por meio dela, assim, indivíduos que existem em um mesmo contexto compartilharão muitas similaridades, mesmo em suas diferenças.

De uma perspectiva psicológica social, nada que seja encontrado em um indivíduo é exclusivamente seu, pois os processos que produziram todo o conjunto de subjetividades de uma pessoa são originados de sua interação social. Isso se aplica também aos atos violentos,

especialmente em uma sociedade onde os papéis sociais destinados a homens e mulheres são bem claros, como explicitou Lane (2017):

Podemos observar na sociedade brasileira que, na família nuclear, cabe ao marido e pai o máximo de autoridade; nos casos em que ainda se mantém a família extensa (onde há convivência com tios, avós etc.), em geral, o máximo de autoridade se concentra nos avós. **Da mulher sempre se espera submissão, cabendo a ela apenas um poder relativo sobre os filhos em suas relações cotidianas, ficando a responsabilidade das decisões fundamentais sobre a vida dos filhos, em geral, para o pai.**(LANE, 2017, p.32) (grifos nossos)

Estando os papéis sociais bem definidos, as atitudes violentas não são abertamente aceitas ou incentivadas, sendo inclusive alvo de sanções por meio de leis específicas, como a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, também conhecida por “Lei Maria da Penha”, que completou quinze anos em 2021. Maria da Penha², sobrevivente de violência doméstica cometida contra ela pelo então marido, esperou oito anos para que o homem fosse julgado: no entanto, embora condenado a quinze anos de prisão, aquele que tentou tirar a vida de Maria da Penha e a deixou paraplégica saiu do Fórum onde fora julgado e sentenciado pelas portas da frente, respaldado por recursos jurídicos.

Maria da Penha teve que recorrer a um tribunal internacional, para que fosse acolhida, porque, no seu próprio país, não encontrou apoio. A denúncia de Maria da Penha foi feita na Organização dos Estados Americanos (OEA) e, somente por causa dessa denúncia, o Brasil se viu obrigado a estabelecer uma política pública contra a violência contra a mulher. Porém, vemos anualmente a manutenção dos números elevados nos casos da violência doméstica contra a mulher.

A agressão contra a mulher não é apenas combatida pela lei, mas é também motivo de muitos debates sociais, nas artes, nos noticiários e no ambiente acadêmico. A não violência, pelo menos em teoria, está presente não apenas nas normas legais, mas também nas normas mais sutis, citadas por Lane (2017):

Em cada grupo social encontramos normas que regem as relações entre os indivíduos, algumas são mais sutis, ou restritas a certos grupos, como as consideradas de “bom-tom”, outras são rígidas, consideradas imperdoáveis se desobedecidas, até aquelas que se cristalizam em leis e são passíveis de punição por autoridades institucionalizadas. Estas normas são o que, basicamente, caracteriza os papéis sociais, e que determina as relações sociais: os papéis de pai e de mãe se caracterizam por normas que dizem como um homem e uma mulher se relacionam quando eles têm um filho, e como ambos se relacionam com o filho e este, no desempenho de seu papel, com os pais.(LANE, 2017, p.8)

²Uma breve história sobre Maria da Penha está disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2021/08/maria-da-penha-a-historia-que-virou-simbolo-do-combate-a-violencia-contra-a-mulher/#:~:text=Nascida%20em%20Fortaleza%20em%20fevereiro,marido%20pagasse%20pelo%20que%20fez.> Acesso em: 19 maio 2022.

Se o princípio de uma não agressividade está presente nas normas sociais de tal forma que culminou cristalizado em uma lei de combate à violência, em especial no âmbito doméstico, por que ainda encontramos situações tão cruéis envolvendo mulheres e crianças? Quais fatores permitem que isso aconteça; que pilares podem ser os mantenedores ou auxiliares de tal fenômeno?

A vida em sociedade só é preferida em detrimento a uma vida de completo isolamento em função de seus benefícios e da relativa segurança que a comunidade pode fornecer. Ao mesmo tempo, a reunião de inúmeros indivíduos é invariavelmente um terreno fértil para o surgimento dos mais variados conflitos de interesses. As respostas oferecidas por cada um diante de tais conflitos podem variar muito e apresentar diferentes graus de pacificidade ou agressividade.

A fim de evitar o isolamento ou a aniquilação em uma sociedade, os seres humanos necessitam exercitar sua capacidade de autorregulação, assim como sua habilidade de analisar a coerência entre suas ações, seus discursos e os valores sociais comumente aceitos.

De acordo com a Teoria Social Cognitiva de Bandura (1986, 1991), as ações que violam os valores morais aceitos e aprendidos pelos indivíduos geram nestes autossanções que causam grande desconforto e sofrimento. Apesar disso, nossa história deixa claro que tais autossanções não foram capazes de impedir que atitudes desumanas ocorressem (e ainda ocorram) diariamente, em múltiplas escalas, das mais simples às mais abrangentes.

Segundo Bandura (2015), isso só é possível graças a um fenômeno conhecido como “desengajamento moral”, através do qual o indivíduo, ao praticar uma ação que contraria seus próprios valores morais, ou os valores impostos pela sociedade, se convence de que seus atos podem ser devidamente justificados, e portanto, é possível eximir-se de qualquer sentimento de culpa ou responsabilização.

Ainda segundo a Teoria Social Cognitiva, “os mecanismos regulatórios não entram em ação a menos que sejam ativados e há muitas manobras sociais e psicológicas através das quais as autossanções morais podem ser desengajadas da conduta desumana” (BANDURA, 2015, p.21). Sendo assim, ainda que determinadas pessoas possuam os mesmos conjuntos de valores morais, podem emitir comportamentos bem diferentes de acordo com as circunstâncias (BANDURA, 2015). Ora, se a violência não pode ser explícita, aqueles que se acham no direito de impetrá-la ou de concordar com ela, buscam formas de autorização social para perpetrar e perpetuar a violência. O desengajamento moral é uma dessas formas.

Basicamente o fenômeno do desengajamento moral se manifesta de quatro formas diferentes: a) com foco na conduta em si; b) com foco em quem efetua a conduta; c) com foco nas consequências da conduta, e; d) com foco no alvo da conduta (vítimas).(Bandura, 2015). Dentre essas formas, os mecanismos que operam o desengajamento podem ser listados como:

Justificativa moral – transforma-se a conduta prejudicial em algo que pareça moralmente aceitável, com resultados que seriam positivos a depender da perspectiva (BANDURA, 2015, p.23-24);

Linguagem eufemística – modificam-se os termos que definem de forma clara a conduta assumida, substituindo-os por palavras mais amenas que camuflam a realidade dos fatos. Assim, mortes de inocentes durante ações mal planejadas de um Estado podem ser convertidas em “efeitos colaterais”, por exemplo, ou o linchamento verbal e agressivo de uma personalidade no mundo virtual pode ser amenizado na expressão “cancelamento” (BANDURA, 2015, p.23-24);

Comparação vantajosa – a conduta prejudicial é comparada a outras condutas hipotéticas e apontada como melhor do que estas, ou ainda, como a “menos pior”, como “um mal necessário” (BANDURA, 2015, p.27-29);

Deslocamento da responsabilidade – neste mecanismo algum tipo de autoridade assume (ou recebe) a responsabilidade pelo que está sendo realizado e o agente passa apenas a ser alguém que “cumpre ordens”, ou que agiu sob influência de outra força (BANDURA, 2015, p.29-32);

Difusão de responsabilidade – a conduta prejudicial final é dividida em diversas ações menores, distribuídas entre vários agentes de maneira que nenhum deles sinta que tem em suas mãos o controle e a responsabilidade efetiva do que está sendo causado (BANDURA, 2015, p.33-34);

Desprezo ou distorção das consequências – nega-se a gravidade dos danos causados refutando quaisquer dados que indiquem os fatos, ou então sugere-se que tais dados são inverídicos. Também pode ocorrer quando o dano é sofrido longe dos olhos de quem os causou, ficando oculto na invisibilidade da vítima, seja pela distância geográfica, seja pela estrutura social de marginalização (BANDURA, 2015, p.34-36);

Desumanização – o alvo das condutas cruéis é destituído de sua humanidade e de seu valor ao receber atributos subumanos, objetificados, animais ou demoníacos. (BANDURA, 2015, p.37-40)

Esses mecanismos foram identificados por Bandura e outros pesquisadores da Teoria Social Cognitiva de forma muito clara em diversos estudos (Bandura *et al.*, 2015). A escolha por Bandura e o recurso do desengajamento moral deu-se por ser uma forma de explicitar e de debater como a violência contra a mulher vem, ao longo de todo o processo de colonização do Brasil até os dias atuais, mantendo-se forte e constante, sustentada por um acordo implícito compartilhado por aqueles que agem com violência injustificada.

Para o teórico canadense, os mecanismos de desengajamento moral são universais e se manifestam de forma geral em todas as culturas, por outro lado, a partir de uma perspectiva da Psicologia Social esses fenômenos ditos universais devem ser estudados com outro olhar. Segundo Lane (2017):

A Psicologia se preocupa fundamentalmente com os comportamentos que individualizam o ser humano, porém, ao mesmo tempo, procura leis gerais que, a partir das características da espécie, dentro de determinadas condições ambientais, prevêm os comportamentos decorrentes. [...] O enfoque da Psicologia Social é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente. [...] As leis gerais da Psicologia dizem que se apreende quando reforçado, mas é a história do grupo ao qual o indivíduo pertence que dirá o que é reforçador ou o que é punitivo. [...] Assim também aquilo que “deve ser apreendido” é determinado socialmente. (LANE, 2017, p.04-05).

Se por um lado deve-se manter a análise a partir da realidade social, é imprescindível debruçar-se sobre os pontos de vista individuais daqueles entes envolvidos em qualquer fenômeno. Isso pode servir como ferramenta útil para encontrar pontos em comum e então avançar na pesquisa sobre quais são as forças que mobilizam e mantêm tais fenômenos.

A análise cuidadosa dos discursos adotados pelas pessoas que praticaram algum tipo de agressão contra mulheres poderia trazer à tona informações importantes sobre essa realidade e dar indicativos das razões pelas quais essa violência se instala e se naturaliza.

Tanto o contexto social no qual a teoria social cognitiva foi elaborada quanto o estudo sobre o conceito de desengajamento moral de forma mais intensa são extremamente diferentes da realidade vivenciada pelas famílias amazônicas. No entanto, sendo os comportamentos e os processos psicológicos permeados e produzidos pela realidade social de cada um, seria possível identificar em um contexto amazônica de violência de gênero a manifestação do fenômeno do desengajamento moral, proposto por um teórico canadense, em uma sociedade tão diferente da nossa no tempo, espaço e estrutura? E, sendo possível essa identificação, ficaria claro para estes pesquisadores a fonte de tal comportamento a partir de um olhar psicossocial?

Levantadas as reflexões acima, foram estabelecidos três objetivos secundários para a pesquisa, a saber: quantificar o número de estudos voltados para a temática da violência contra a mulher amazônida nos últimos cinco anos, utilizando os descritores estabelecidos no objetivo geral; identificar a ocorrência de transcrição, ainda que parcial, de discurso de agressores nos estudos selecionados para compor o corpus de análise; analisar as transcrições, a fim de identificar mecanismos de desengajamento moral e quais são os mais utilizados pelos agressores (caso tal fenômeno seja de fato observado).

Os resultados encontrados neste estudo apontam para a necessidade de ampliação da pesquisa, pois Rondônia ocupa o quarto lugar no ranking de violência contra a mulher no Brasil, sendo que as principais vítimas, geralmente, são mulheres negras, o que mostra os impactos negativos em relação à mulher, resultado de todo um processo histórico excludente da mulher negra desde o Brasil Colônia. (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010).

MATERIAL E MÉTODO

Para o levantamento do *corpus* de análise, realizou-se pesquisa bibliográfica que fosse exclusivamente sobre violência contra a mulher, entre a população amazônida, produzida nos últimos cinco anos, a partir dos seguintes descritores: violência doméstica; violência de gênero; violência contra a mulher; análise do discurso do agressor; autor de violência; e desengajamento moral.

Além disso, buscou-se localizar publicações que contivessem, ainda que parcialmente, trechos diretos dos discursos emitidos pelos autores da violência, a fim de que fosse possível investigar a ocorrência de manobras de desengajamento moral em suas narrativas.

O citado levantamento foi realizado nas seguintes fontes: Pepsic, *SciELO*, DHJUS. As referências bibliográficas das publicações encontradas também foram consultadas e analisadas. Os resultados encontrados, quanto à quantidade por descritores, estão organizados abaixo:

Tabela 1: Quantidade de publicações encontradas por descritores

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO*

DESCRIPTORES PESQUISADOS	ÚLTIMOS 5 ANOS	POPULAÇÃO EXCLUSIVAMENTE AMAZÔNICA	TRANSCRIÇÃO PARCIAL DE DISCURSOS	PRESENÇA DE DISCURSO AUTORA VIOLÊNCIA	DISCUSSÃO QUE MOTIVOU A VIOLÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS SELECIONADOS
Violência doméstica						
Violência de gênero						
Violência contra a mulher	92	7	6	6	5	5
Análise do discurso do agressor						
Autor da violência						
Desengajamento moral	0	0	0	0	0	0
TOTAL	92	7	6	6	5	5

*Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados pesquisados.

Assim, dentre os resultados encontrados, cinco publicações foram selecionadas, não sendo localizado em qualquer delas, bem como, em nenhum dos outros estudos, a menção explícita ao conceito de “desengajamento moral”, de Bandura.

As publicações selecionadas, sua classificação por tipo e o local de pesquisa são os nomeados a seguir:

Tabela 2: Publicações por título, tipo e local de pesquisa*

TÍTULO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ESTADO ONDE A PESQUISA FOI REALIZADA	FONTE
Projeto Abraço e violência contra a mulher: relevância de um olhar sobre o agressor para a desconstrução da violência de gênero (FERRO, 2019)	Dissertação de Mestrado	Rondônia	https://dhjus.unir.br/uploads/84848484/arquivos/Defesas/2019/ALVARO%20(2019).pdf
Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor (DANTAS, 2017)	Dissertação de Mestrado	Rondônia	https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1569

Continua

TÍTULO DE PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	ESTADO ONDE A PESQUISA FOI REALIZADA	FONTE
Violência doméstica e familiar: análise das representações sociais em Rondônia (PROSENEWICZ e MADEIRA, 2021)	Artigo	Rondônia	https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1139/377
Violência doméstica e familiar: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia (PROSENEWICZ, 2018)	Tese de Doutorado	Rondônia	https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182970/001076831.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Violência doméstica em discursos: mulher agredida versus parceiro agressor (ARAÚJO e COSTA, 2019)	Artigo	Amazonas	https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/38095/pdf

*Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados pesquisados.

Dentre as publicações selecionadas, buscou-se por trechos de transcrições dos discursos das partes envolvidas na violência, sendo encontrados, ao todo 158 trechos, sendo 57 pertencentes às vítimas, e 101 pertencentes aos autores da violência. Destes 101 trechos de discursos pertencentes aos autores da violência, 35 faziam algum tipo de menção direta ou indireta sobre a motivação do ato. A descrição do quantitativo de trechos encontrados em cada publicação consta na tabela abaixo:

Tabela 3: Quantitativos de trechos de discursos transcritos por publicação*

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	CONTENDO DISCURSO DA VÍTIMA	CONTENDO DISCURSO DO AUTOR DA VIOLÊNCIA	CONTENDO DISCURSO QUE MENCIONE A MOTIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA (ORIUNDO DA COLUNA ANTERIOR)
----------------------	-----------------------------	---	--

Continua

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	CONTENDO DISCURSO DA VÍTIMA	CONTENDO DISCURSO DO AUTOR DA VIOLÊNCIA	CONTENDO DISCURSO QUE MENCIONE A MOTIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA (ORIUNDO DA COLUNA ANTERIOR)
O Projeto Abraço e violência contra a mulher: relevância de um olhar sobre o agressor para a desconstrução da violência de gênero	0	8	1
Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor	0	53	11
Violência doméstica e familiar: análise das representações sociais em Rondônia	14	11	5
Violência doméstica e familiar: representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia	37	21	12
Violência doméstica em discursos: mulher agredida versus parceiro agressor	6	8	6

*Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados pesquisados.

Os artigos e dissertações encontrados fazem menção entre si dos dados utilizados em cada pesquisa, além disso, dentro de cada texto algumas citações podem ser encontradas mais de uma vez em virtude do tipo de análise que foi realizada pelos autores, de maneira que, para fins de análise neste estudo, descartou-se as citações repetidas, o que reduziu de 35 para 26 a quantidade de trechos de discursos que mencionem a motivação da violência.

Dentre os 26 trechos selecionados finalmente, 2 não continham indícios de desengajamento moral. Os outros 24 trechos não foram descartados, dada a vinculação deles aos critérios de análise e foram individualmente analisados.

Cumprido ressaltar que o número de publicações que continham todos os descritores utilizados foi baixo se comparado aos números de casos de violência contra a mulher na

região estudada. Além disso, não houve, dentre os estudos pesquisados, qualquer menção aos conceitos defendidos por Albert Bandura em sua Teoria Social Cognitiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos tipos de mecanismos utilizados para o desengajamento moral propostos por Bandura (2015), os discursos dos autores da violência puderam ser classificados conforme abaixo, sendo os trechos que denotam a ocorrência de tal fenômeno destacados em negrito.

Quanto ao uso do mecanismo de justificativa moral:

Entrevistadora: E quando aconteciam essas violências, sua filha presenciava?

José: (...) a última vez que a gente brigamos aí foi lá perto do campo do Chico lobo que foi quando eu dei-lhe um murro nela que **ela queria bater na menina**. Aí eu fui até, eu até fui atrás dela até lá no hospital pra mim perguntar o que tinha acontecido que eu vi um monte de sangue na boca dela. (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.16) (grifos nossos)

A justificativa apresentada pelo autor da violência é que agiu para impedir que a vítima batesse na menina, assim, embora sua atitude fosse reprovável, fora necessária e deveria ser compreendida, pois serviria para a defesa de uma terceira pessoa teoricamente indefesa:

Desde o início brigamos, eu gosto de beber e ela não aceita, mas **me conheceu em um bar e agora quer me controlar**. Eu já usei muitas drogas, cocaína [...], agora faço tratamento no CAPS e já tem dois anos que estou sem usar drogas. No dia que eu fui preso e fiquei duas semanas na cadeia, eu não lembro bem o que aconteceu, como eu tomo remédio controlado, ela também e nós dois estava bêbados, só sei que ela estava com o rosto todo arranhado na delegacia (H4). (PROSENEWICZ, 2018, p.94-95) (grifos nossos)

[...] no início não tinha briga, **mas depois ela começou a me controlar**, quando eu queria sair sozinho jogar bola, ela começava a dizer que eu ia atrás de outra mulher. Na última briga foi em um domingo, eu ainda uso maconha, aí fumei bastante a noite anterior e acordei meio neurótico e aconteceu toda a briga. Ela saiu e disse que ia para a casa da mãe dela, mas voltou com a polícia, que me levou dizendo que eu ia assinar uns papéis, mas fui direto para o presídio (H6). (PROSENEWICZ, 2018, p.95) (grifos nossos)

A tentativa de controle da vítima sobre o autor do ato é apresentada como a causa da agressão. Nesse ponto, o entrevistado justifica sua ação tratando-a como uma solução para a limitação à sua liberdade que estava sendo imposta pela companheira:

Eu **só me defendi, nunca espanquei minha esposa**, mas nosso casamento sempre foi conflituoso, ela tem problemas de saúde toma medicamento controlado, eu também tomo. O motivo de eu estar preso, porque **ela chegou em casa e começou**

discutir e me bater, isso sempre acontece, eu só me defendi, e os vizinhos chamaram a polícia [...] lá na delegacia vi que ela tava bem machucada, **às vezes sem querer a gente machuca, é mais forte sabe** (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

O uso da palavra “só” permite inferir que a pessoa que praticou a violência acredita que não foi extremamente violenta, pois, por já estar acostumado a ser mais forte que a vítima não percebeu que havia se excedido, algo que o ambiente da delegacia o fez perceber. Outro argumento é o de que o fato de ambos estarem fazendo uso de medicamento controlado contribuiu para que os dois agissem com violência.

No entanto, o agressor afirma, embora mais forte que a vítima, que “só” se defendeu. Chama a atenção, também, a expressão “às vezes” (sic). O uso dessa locução adverbial de tempo permite inferir que a violência era a regra e o nível a que chegou, a exceção. Logo, mostra-se costumeiro o comportamento do agressor.

Mais uma vez a agressão é justificada como sendo uma exceção que só ocorreu em legítima defesa e o dano físico somente foi causado por ser o agressor naturalmente “mais forte”.

Não atribuo ao fato de estar bêbado, **eu estava acumulando muita revolta** por causa da Laura, não me conformava e **não era obrigado a tolerar mais aquilo**, então eu comecei a bater nela, chutei as pernas, empurrei e tentei estrangular (Otávio). (DANTAS, 2017, p.88, 89)

[...] eu não sou de beber, nesse dia se eu bebi umas duas vezes foi muito, não gosto, **mas um dia a Paula inventou de beber e encher o saco**, aí eu bebi também. Estávamos em casa com uns amigos, um deles é muito brincalhão, falou algo que a Paula não gostou. **Eu decidi entrar para descansar** um pouco no quarto, **ela veio atrás e ficou me perturbando**, querendo que eu tirasse satisfação. Eu não ia fazer isso, **eles eram meus amigos**, dei uns “tabefes” nela. **Eu já estava com raiva** dela ter engravidado, ter me traído, de eu ter perdido a minha irmã há pouco tempo... **somou tudo!** (Chaves). (DANTAS, 2017, p.88) (grifos nossos)

Na perspectiva dos entrevistados, o acúmulo de revolta, o luto, a raiva e as ações das vítimas que se tornaram intoleráveis foram a causa de sua violência. A agressão teria sido baseada em fatores de estresse que ultrapassaram seus limites de controle.

Em nenhuma das falas há uma autorresponsabilização, antes, o que se vê são justificativas morais que servem como esclarecimento do momento imediatamente anterior ao ocorrido, como forma de amenizar e tornar aceitável o que se fez.

Quanto ao uso de linguagem eufemística :

O que que eu acho? Colega, num sei nem te responder ó. Uma que o certo mermo **eu nem agredi ela né?** Num sei nem porque mesmo ela foi fazer essa parada lá comigo

lá, mass... Eu acho que isso é errado, né? O cara fazer isso contra a mulher. (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.11) (grifos nossos)

Sabe, eu acho que essa Lei Maria da Penha veio tarde. Hoje eu vejo que é muita covardia de alguns homens, tem deles que batem porque gostam. **Claro que tem aqueles que perderam a cabeça por um momento**, mas a lei está aí para todos (Silvio). (DANTAS, 2017, p.90) (grifos nossos)

João: Esse negócio que ela foi lá no Maria da Penha, foi por... **não foi nem por agressão**, num sei se você viu a ficha lá. Isso **foi por ameaça**, num foi nem por isso aí. Eu nem também nem ameaçava ela, nem nada (...) Aí foi lá dá parte de mim lá. Mas, eu fui na mesma hora lá, resolvi tudo lá. (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.13) (grifos nossos)

A violência **é a briga, quando a pessoa bate** na outra (H2). (PROSENEWICZ, 2018, p.92) (grifos nossos)

Violência no meu ver é quando o homem **bate na mulher** (H6). (PROSENEWICZ, 2018, p.92) (grifos nossos)

Hoje não pode xingar que é violência, tudo agora é Maria da Penha, não pode mais gritar com a mulher, mas Lei pro home não tem nenhuma. **Gritar e xingar não seria violência, só aqueles que batem de deixar roxo é o caso né**, é o que eu acho (H5). (PROSENEWICZ, 2018, p.92) (grifos nossos)

Já estou no oitavo encontro do projeto. Eu aprendi muito no grupo, a ter paciência, é bom demais, não concordo com a obrigação de vir, porque **não cometi violência**, mas aprendi coisas diferentes, como reagir no caso, trago o que está acontecendo e eles me dizem o que fazer, no caso da minha ex-mulher que só me perturba, eles já me orientaram como agir, para não me prejudicar de novo (H5). (PROSENEWICZ, 2018, p.99) (grifos nossos)

No dia que eu fui preso e fiquei duas semanas na cadeia, eu não lembro bem o que aconteceu, como eu tomo remédio controlado, ela também e nós dois estava bêbados, só sei que **ela estava com o rosto todo arranhado na delegacia** (H4). (PROSENEWICZ, 2018, p.94, 95) (grifos nossos)

[...] Na última briga foi em um domingo, eu ainda uso maconha, aí fumei bastante a noite anterior e acordei meio neurótico **e aconteceu toda a briga**. Ela saiu e disse que ia para a casa da mãe dela, mas voltou com a polícia, que me levou dizendo que eu ia assinar uns papéis, mas fui direto para o presídio (H6). (PROSENEWICZ, 2018, p.95) (grifos nossos)

Sempre foi com minha esposa, mas **nunca foi nada grave** mesmo, **coisas de casal**, ela é muito difícil, quer mandar em tudo, mas estamos juntos até hoje. Nunca recebi atendimento nenhum, acho que quem precisa de psicólogo é minha esposa, ela é muito nervosa, eu não preciso não (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.100) (grifos nossos)

Nos trechos acima, a linguagem eufemística é utilizada para separar o conceito de violência do conceito de agressão, sendo defendido pelos entrevistados que a agressão só é real se ocorrer de forma física e brutal. Assim, o xingamento, a ameaça, a humilhação, a violência psicológica, os gritos e outras ações similares não podem ser descritas como agressivas.

Até mesmo as agressões físicas são diminuídas e definidas apenas como defesa, briga, tabefes, arranhado, machucado ou coisas de casal:

Eu **só me defendi, nunca espanquei** minha esposa, mas nosso casamento sempre foi conflituoso, ela tem problemas de saúde toma medicamento controlado, eu também tomo. O motivo de eu estar preso, porque ela chegou em casa e começou discutir e me bater, isso sempre acontece, **eu só me defendi**, e os vizinhos chamaram a polícia [...] lá na delegacia vi que ela tava bem machucada, às vezes **sem querer a gente machuca**, é mais forte sabe (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

Eu não ia fazer isso, eles eram meus amigos, **dei uns “tabefes” nela**. Eu já estava com raiva dela ter engravidado, ter me traído, de eu ter perdido a minha irmã há pouco tempo... somou tudo! (Chaves). (DANTAS, 2017, p.88) (grifos nossos)

Em relação à comparação vantajosa:

Da última vez eu estava muito bêbado, alcoolizado mesmo e por ignorância **ateei fogo na casa**, queimou tudo sabe, **mas eu esperei todos saírem de casa, não queria matar ninguém** (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.98) (grifos nossos)

Ao admitir que ateou fogo em toda a casa por ignorância própria, o entrevistado tenta amenizar a situação alegando que esperou que todos saíssem do imóvel, ou seja, embora a ação pareça ruim, poderia ser ainda pior caso ele não tivesse o bom senso de aguardar a saída de todos:

Uma hora eu **vou ter que dar na cara da minha irmã**. Uma vez eu já fiz isso e **ela me respeitou**, estou vendo que **tereí que fazer de novo** (Otávio). (DANTAS, 2017, p.84) (grifos nossos)

A atitude agressiva contra a irmã é tratada como uma necessidade, uma forma de correção, e, portanto, uma atitude que evita algo pior.

Então ela ficou falando um monte, queria que eu desse atenção e eu não dei trela, fiquei assistindo TV. Ela ficou muita braba, falou: 'ah é? Não vai falar nada não? Então vai ver só o que eu vou fazer.' Aí pegou a televisão e tacou no chão. Eu tentei manter a calma, fingi que ela não tinha feito nada, levantei e coloquei a TV de volta no lugar. Ela ficou com mais raiva ainda e derrubou de novo, mas nessa segunda vez ela quebrou a televisão. Aí eu não aguentei, **tentei não ligar mas cheguei no meu limite, peguei-a pelo pescoço! Mas decidi que não ia bater** (Silvio). (DANTAS, 2017, p.68, 69) (grifos nossos)

Embora admita ter perdido o controle e segurado a companheira pelo pescoço, o entrevistado sustenta que decidiu que “não ia bater”. De forma implícita, o autor da violência parece sugerir que entre segurá-la pelo pescoço e bater em sua companheira, a melhor atitude foi a de apenas segurá-la, como se segurar alguém pelo pescoço não fosse um ato violento. O ato de não agredi-la não é tratado como evitável, cabendo a ele apenas a escolha menos agressiva de todas as opções violentas disponíveis.

Com respeito ao deslocamento da responsabilidade:

Entrevistadora: O que aconteceu para que ocorresse a violência doméstica? João: **Fuxico, fuxico dos outros. Conversa dos vizinhos.** É só isso aí mermo o motivo da briga, num tem? Cunversa e **fuxico de vizinho.** (ARAÚJO e COSTA, 2019, p. 12) (grifos nossos)

Estou morando com minha esposa há 11 anos, mas só casei no papel tem um ano. O que aconteceu para mim estar aqui, **foi tudo culpa da minha sogra,** eu estava discutindo com minha mulher e **a sogra entrou no meio, sempre se metendo,** tudo por coisa besta. **Eu tava bem nervoso, estava desempregado, não tinha casa pra morar.** Fiquei dois dias preso por isso (H7). (PROSENEWICZ, 2018, p.96) (grifos nossos)

Nas falas registradas acima, os entrevistados não assumem a responsabilidade por suas ações e chegam mesmo a emití-las. Já com respeito às atitudes tomadas por terceiros, os autores da violência as mencionam de forma direta e atribuem abertamente a esses terceiros a culpa por suas ações:

João: Esse negócio que **ela foi lá no Maria da Penha,** foi por... não foi nem por agressão, num sei se você viu a ficha lá. Isso foi por ameaça, num foi nem por isso aí. Eu nem também nem ameaçava ela, nem nada (...) **Aí foi lá dá parte de mim lá.** Mas, eu fui na mesma hora lá, resolvi tudo lá. (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.13) (grifos nossos)

Eu só me defendi, nunca espanquei minha esposa, mas nosso casamento sempre foi conflituoso, ela tem problemas de saúde toma medicamento controlado, eu também tomo. O motivo de eu estar preso, porque **ela chegou em casa e começou discutir e me bater,** isso sempre acontece, eu só me defendi, e os vizinhos chamaram a polícia [...] lá na delegacia vi que ela tava bem machucada, as vezes sem querer a gente machuca, é mais forte sabe (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

Eu penso em me separar, ir morar longe da casa dela, **eu perdoei ela,** nunca me passou pela cabeça fazer algo de ruim a ela, mas não quero mais isso para mim, **sempre fui trabalhador,** para estar preso agora, tenho muita vergonha disso. **Ela escreveu uma carta para mim, dizendo que preferia que ela estivesse presa, sei que ela é doente** (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

Já estou no oitavo encontro do projeto. Eu aprendi muito no grupo, a ter paciência, é bom demais, não concordo com a obrigação de vir, porque não cometi violência, mas aprendi coisas diferentes, como reagir no caso, trago o que está acontecendo e eles me dizem o que fazer, no caso da **minha ex-mulher que só me perturba,** eles já me orientaram como agir, para não me prejudicar de novo (H5). (PROSENEWICZ, 2018, p.99) (grifos nossos)

Sempre foi com minha esposa, mas nunca foi nada grave mesmo, coisas de casal, **ela é muito difícil, quer mandar em tudo,** mas estamos juntos até hoje. Nunca recebi atendimento nenhum, acho que **quem precisa de psicólogo é minha esposa, ela é muito nervosa, eu não preciso não** (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.100) (grifos nossos)

[...] eu não sou de beber, nesse dia se eu bebi umas duas vezes foi muito, não gosto, **mas um dia a Paula inventou de beber e encher o saco, aí eu bebi também.** Estávamos em casa com uns amigos, um deles é muito brincalhão, falou algo que a Paula não gostou. Eu decidi entrar para descansar um pouco no quarto, **ela veio**

atrás e ficou me perturbando, querendo que eu tirasse satisfação. Eu não ia fazer isso, eles eram meus amigos, dei uns “tabefes” nela. Eu já estava com raiva **dela ter engravidado, ter me traído, de eu ter perdido a minha irmã há pouco tempo...** somou tudo! (Chaves). (DANTAS, 2017, p.88) (grifos nossos)

Nesses trechos, os entrevistados apontam várias atitudes das vítimas que servem como causa para a agressão. Em alguns deles, observa-se que a prisão e o processo judicial é apontado como consequência da ação da vítima em provocá-los ou mesmo denunciá-los, mas não como resultado da prática do crime tipificado na lei.

Isso demonstra um elevado grau de deslocamento da responsabilidade, ao ponto de encobrir o ato violento e garantir que o foco daquele a quem o discurso é destinado seja mantido exclusivamente sobre as ações e a personalidade da vítima:

Entrevistadora: Éhhh, e por exemplo, no tempo que tu viveu com a tua parceira que isso aconteceu, que ela te denunciou, o que tu sentiu assim quando tu foi indiciado? José: Rapaz eu num.. eu tava com a minha consciência limpa né, porque quando aconteceu isso a gente já tinha ido lá da parte pra ela passar 100 metros longe de mim e eu 100 metros longe dela. Massss, **aí ela vinha encarnar, aí a pessoa bebo, coisa, aí vinha e acabava acontecendo. Ela me agredia, me arranhava aí certo ponto eu não aguentei, bati nela.** (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.15) (grifos nossos)

[...] no início não tinha briga, **mas depois ela começou a me controlar**, quando eu queria sair sozinho jogar bola, **ela começava a dizer que eu ia atrás de outra mulher**. Na última briga foi em um domingo, eu **ainda uso maconha**, ai **fumei bastante** a noite anterior e **acordei meio neurótico** e aconteceu toda a briga. Ela saiu e disse que ia para a casa da mãe dela, mas voltou com a polícia, que me levou dizendo que eu ia assinar uns papéis, mas fui direto para o presídio (H6). (PROSENEWICZ, 2018, p.95) (grifos nossos)

Desde o início brigamos, eu gosto de beber e ela não aceita, mas me conheceu em um bar e agora quer me controlar. Eu já **usei muitas drogas, cocaína** [...], agora faço tratamento no CAPS e já tem dois anos que estou sem usar drogas. No dia que eu fui preso e fiquei duas semanas na cadeia, eu **não lembro bem o que aconteceu**, como eu tomo **remédio controlado, ela também e nós dois estava bêbados**, só sei que ela estava com o rosto todo arranhado na delegacia (H4). (PROSENEWICZ, 2018, p.94, 95) (grifos nossos)

Eu já me envolvi em muitas discussões, mas agressão física duas vezes, sempre com minha mulher, já estou casado há 15 anos. Da última vez **eu estava muito bêbado, alcoolizado mesmo** e por ignorância ateei fogo na casa, queimou tudo sabe, mas eu esperei todos saírem de casa, não queria matar ninguém (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.98) (grifos nossos)

[...] **meu problema é alcoolismo**, e depois **tava muito nervoso**, ai **tomo remédio** até hoje (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.101) (grifos nossos)

Era de noite e eu **estava em casa bebendo** com um amigo de ciclismo e vendo algumas coisas no computador, ficou tarde e ele foi embora. Não sei... **tive surto** nesse dia, acho que **fiquei com um lapso na memória**, me contaram que eu peguei a Maria (filha mais nova) pelo pescoço e era como se eu tentasse estrangulá-la, não consigo lembrar disso, **só pode ter sido ação do demônio**. (Otávio). (DANTAS, 2017, p.74) (grifos nossos)

Além das atitudes das vítimas, os agressores também deslocam a responsabilidade de seus atos violentos para as substâncias químicas, tais como a bebida, as drogas e os remédios controlados. O descontrole ocorrido no momento da agressão é justificado pelo efeito das substâncias na tentativa de reduzir a responsabilidade pela decisão de agredir.

Se uma substância química reduz a capacidade de decisão, então aquele que agrediu pode sentir-se menos culpado e menos sujeito aos mecanismos de autossanção, pois não agiu em pleno exercício de suas capacidades de controle e de regulação moral.

Um dos entrevistados também atribui sua tentativa de estrangular a própria filha como “ação do demônio”, pois não acredita possuir a capacidade de agir de forma tão cruel e imoral.

Quanto ao desprezo ou distorção das consequências:

João: O que eu posso ajudar eu ajudo. Nunca suvinei nada (...) **Isso aí foi no passado né, mais foi erro do passado.** Mas, eu me arrependo muito também de ter feito isso aí, póh. Porque que o cara não se arrepende, o cara num se arrepende. O cara se arrepende muito entendeu. **Se pudesse voltar no tempo fazia tudo diferente, mas num pode fazer. Então é tentar melhorar daqui pra frente.** (ARAÚJO e COSTA, 2019, p. 14) (grifos nossos)

Ao falar sobre o assunto sem mencionar as consequências sofridas por si mesmo e pela vítima, o entrevistado relega o fato ao passado, desconsiderando que os resultados de suas ações reverberam até o presente:

Entrevistadora: E quando aconteciam essas violências sua filha presenciava? José: (...) a última vez que a gente brigamos aí foi lá perto do campo do Chico lobo que foi quando eu **dei-lhe um murro nela** que ela queria bater na menina. Aí eu fui até, eu até fui atrás dela até lá no hospital pra mim **perguntar o que tinha acontecido que eu vi um monte de sangue na boca dela.** (ARAÚJO; COSTA, 2019, p.16) (grifos nossos)

Embora admita ter golpeado a vítima com um murro, o entrevistado alega depois que foi até o hospital, para perguntar o que havia ocorrido para que a boca de sua companheira estivesse sangrando. O desprezo pela consequência de seu ato é tão grande que o autor da violência chega a agir como se houvesse se esquecido dele:

Hoje **não pode xingar que é violência**, tudo agora é Maria da Penha, **não pode mais gritar com a mulher**, mas Lei pro home não tem nenhuma. **Gritar e xingar não seria violência**, só aqueles que batem de deixar roxo é o caso né, é o que eu acho (H5). (PROSENEWICZ, 2018, p.92) (grifos nossos)

As consequências das atitudes violentas são minimizadas na fala acima, enquanto o entrevistado defende que atitudes que denotam violência psicológica e verbal, além de constrangimento, não deveriam ser tratadas como crime:

Estou morando com minha esposa há 11 anos, mas só casei no papel tem um ano. O que aconteceu para mim estar aqui, foi tudo culpa da minha sogra, eu estava discutindo com minha mulher e a sogra entro no meio, sempre se metendo, tudo por coisa besta. **Eu tava bem nervoso, estava desempregado, não tinha casa pra morar. Fiquei dois dias preso por isso** (H7). (PROSENEWICZ, 2018, p.96) (grifos nossos)

O entrevistado responsabilizou a sogra por sua prisão; narrou a atitude dela; apontou que estava nervoso na situação e se queixou de haver ficado dois dias preso em razão do ocorrido, mas em nenhum momento citou o que de fato aconteceu com a vítima; não fez menção à forma como a agressão ocorreu ou a como ela se sentiu após ser agredida. As consequências de sua atitude violenta sobre a vítima foram simplesmente ignoradas e invisibilizadas:

[...] lá na delegacia vi que ela tava **bem machucada**, às vezes **sem querer a gente machuca**, é mais forte sabe (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

Da primeira vez que aconteceu fiquei três meses na prisão e mais dois de tornozeleira. Dessa última vez, dois meses de reclusão. Sempre foi com minha esposa, mas **nunca foi nada grave mesmo, coisas de casal**, ela é muito difícil, quer mandar em tudo, mas estamos juntos até hoje. Nunca recebi atendimento nenhum, acho que quem precisa de psicólogo é minha esposa, ela é muito nervosa, eu não preciso não (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.100) (grifos nossos)

Tratar o crime de violência doméstica cometido como um machucado causado sem querer, ou como algo nada grave, ou ainda, como simples coisas de casal é uma forma de reduzir a gravidade do dano físico e psicológico que foi causado:

Da última vez eu estava muito bêbado, alcoolizado mesmo e por ignorância **ateei fogo na casa**, queimou tudo sabe, **mas eu esperei todos saírem de casa, não queria matar ninguém** (H3). (PROSENEWICZ, 2018, p.98) (grifos nossos)

Mesmo compreendendo que o ato de atear fogo na casa não foi adequado, o entrevistado defende que ao menos esperou que todos saíssem de casa, evitando a morte de alguém. O dano parece reduzido porque é posto em comparação com as possíveis mortes que poderiam ocorrer, caso ele não tivesse esperado. O entrevistado não admite que o dano sequer teria ocorrido caso sua atitude fosse diferente.

Sobre o mecanismo de desumanização:

Eu penso em me separar, ir morar longe da casa dela, eu perdoei ela, nunca me passou pela cabeça fazer algo de ruim a ela, mas não quero mais isso para mim, **sempre fui trabalhador**, para estar preso agora, tenho muita vergonha disso. Ela escreveu uma carta para mim, dizendo que preferia que ela estivesse presa, **sei que ela é doente** (H1). (PROSENEWICZ, 2018, p.97) (grifos nossos)

Ao descrever-se como trabalhador e confessar estar envergonhado por estar preso, ao mesmo tempo em que conta que a vítima afirmou que preferia estar presa em seu lugar, e que ela é doente, o autor da violência ataca a vítima e lhe atribui características que a diminuem.

Se a própria vítima assume a culpa e é doente ao ponto de provocar a violência de seu agressor, e se o agressor é um trabalhador que se sente envergonhado por ter agido da forma como agiu, então ele não pode ser culpado e não pode permitir que seus processos de autossanção causem desconforto de qualquer tipo. Dessa maneira, na construção do discurso do entrevistado a vítima não é humanizada o suficiente para que mereça compreensão.

De todos os mecanismos de desengajamento moral citados por Bandura (2015), apenas um não obteve declarações que pudessem se correlacionar, a saber, o da difusão de responsabilidade. Talvez isso esteja relacionado ao fato de que na difusão de responsabilidade o ato imoral é fracionado entre diversos agentes, ao ponto de não ser mais possível distinguir quem teve responsabilidade pelo quê. Como os discursos tratavam de atos cometidos de forma direta e individual, esse mecanismo tinha, de fato, menos chance de ocorrer.

Em síntese, as formas de desengajamento moral mais utilizadas nos discursos analisados dos autores de violência contra a mulher foram, em ordem decrescente: 1) Deslocamento da responsabilidade (14 ocorrências); 2) Linguagem eufemística (13 ocorrências); 3) Desprezo ou distorção das consequências (7 ocorrências); 4) Justificativa moral (6 ocorrências); 5) Comparação vantajosa (3 ocorrências); 6) Desumanização (1 ocorrência); e 7) Difusão da responsabilidade (0 ocorrências).

O deslocamento da responsabilidade do agressor para a vítima, familiares, vizinhos, substâncias químicas e fatores estressantes, assim como a linguagem eufemística utilizada para amenizar o impacto dos atos violentos praticados parecem demonstrar e manter a naturalização da violência e a dominação masculina sobre a mulher em um sistema que se retroalimenta.

No decorrer da pesquisa, outros três achados chamaram a atenção dos pesquisadores. O primeiro diz respeito aos números alarmantes com respeito à violência contra a mulher nos Estados que são abraçados pela Amazônia, em especial contra a mulher negra e pobre.

O segundo achado diz respeito a um projeto que desde o ano de 2009 tem sido desenvolvido pelo Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO (PVH-NPPS), do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO). O assim nomeado “Projeto Abraço” visava realizar o “[...] acompanhamento psicossocial com agressores e vítimas, tendo como eixo principal

encontros no formato de grupo de reflexão, ocorridos uma vez por semana, com duração de uma hora e meia” (DANTAS, 2017, p.18).

O referido Projeto aconteceu de forma presencial até sua suspensão temporária em virtude da pandemia de Covid-19, sendo executado por profissionais do Tribunal de Justiça de Rondônia, dentre eles, psicólogos, magistrados, assessoras e assistentes sociais, tendo atendido mais de mil pessoas que de alguma forma foram partes em processos relacionados à lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). (DANTAS, 2017).

Além de servir como importante ferramenta para reduzir a reincidência nos crimes de violência doméstica, o projeto também contribui para o acolhimento das vítimas e para promover mudanças profundas na visão dos agressores a respeito de seus atos e suas consequências.

O desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Álvaro Kalix Ferro aponta em sua dissertação para o mestrado (FERRO, 2019, p.74-75) que o índice de reincidência no crime entre os agressores atendidos pelo Projeto no ano de 2015 foi de 14,8%, contra o índice dos anos de 2006 e 2007, que foi de 43% entre aqueles que não participaram do projeto. Ou seja, a passagem pelo projeto aumentou o número de homens que não reproduziram novamente o comportamento agressivo.

Esse olhar humanizador sobre as partes envolvidas em uma ocorrência de violência doméstica produz resultados muito positivos, especialmente porque considera a situação para além da frieza da lei, levando em consideração o contexto social no qual ela é produzida e atuando diretamente junto a seus atores, abordando temas como “[...] história de vida, drogas e relacionamento, processos de mudança, aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha, sexualidade e ciclo de violência [...]”. (DANTAS, 2017, pág.18).

E, como terceiro achado importante, temos os discursos das mulheres vítimas de violência, que, embora não tenham sido analisados minuciosamente neste estudo, deram fortes indícios da ocorrência do fenômeno do desengajamento moral mesmo entre elas com respeito aos atos violentos que lhes foram impetrados.

CONCLUSÃO

O levantamento bibliográfico realizado indicou que o número de publicações que tratam sobre a violência contra a mulher amazônica, com foco na análise de seus discursos,

bem como nos discursos dos autores das violências ainda é pequeno, contudo, trazem apontamentos importantes.

As falas proferidas pelos autores de violência, quando estudadas sob a luz do conceito de desengajamento moral de Albert Bandura, indicam fortemente a ocorrência de tal fenômeno por meio da utilização dos mecanismos de justificativa moral, linguagem eufemística, comparação vantajosa, deslocamento da responsabilidade, desprezo ou desconsideração das consequências e desumanização, não sendo encontradas evidências da utilização do mecanismo de difusão da responsabilidade.

Esses achados não indicam que o fenômeno seja universal, mas o fato de haver indicativo de sua ocorrência mesmo em um contexto amazônica é um grande incentivo para a realização de novos estudos, mais amplos e mais aprofundados.

Considerando os números alarmantes sobre a violência contra a mulher encontrados durante a pesquisa, a possibilidade de haver a ocorrência de desengajamento moral entre as vítimas da violência doméstica, e com base nas informações coletadas a respeito do Projeto Abraço, sugerimos que para estudos posteriores sejam realizadas entrevistas diretas com os homens e mulheres atendidos por esse projeto, juntamente com os profissionais envolvidos no trabalho a fim de produzir a coleta, a compilação e a análise mais extensa de dados, servindo estes como ferramentas para ampliar os debates e fomentar a construção de modelos psicológicos que atendam de forma mais específica à realidade de nossa região.

Este estudo pode, ainda, ser ampliado para o levantamento das obrigações estabelecidas na Lei Maria da Penha, quanto ao acolhimento das vítimas, por exemplo: a lotação de psicólogos nas Delegacias das Mulheres ou sobre as ações educativas sobre essa lei e sobre a violência, como um comportamento aprendido, porque, por mais que uma lei represente o poder do Estado de punir e de reprimir certos comportamentos, não é garantia que ela por si só mude a maneira de como as pessoas irão se comportar, principalmente se a discussão a respeito da violência não acontece de forma permanente, inclusive, fora do ambiente escolar, pois, embora a Lei Maria da Penha faça a previsão de que, em todos os níveis de ensino tenham incluído em seus conteúdos o debate sobre direitos humanos, equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, esses temas não são alvo de grande divulgação. Pode, também, aquele que se interesse por dar continuidade a este estudo, debruçar-se sobre a violência cometida contra as mulheres indígenas ou, ainda, sobre bullying no espaço escolar.

Refletir sobre a realidade da qual faz parte aquele que se dispõe à difícil, mas

necessária tarefa de olhar para as mazelas sociais de seu contexto, é de suma importância, porque isso favorece debates que podem subsidiar políticas públicas; motivar parcerias entre os sujeitos da realidade analisada; contribuir para a pesquisa e a ciência produzidas no Norte do Brasil.

MORAL DISENGAGEMENT IN VIOLENCE AGAINST AMAZON WOMEN IN NORTHERN BRAZIL

ABSTRACT: The main objective of this study was to investigate the occurrence of the phenomenon of moral disengagement in the speeches of people who have practiced some type of physical violence against women in the northern region of Brazil. Through a bibliographic survey of studies focused on violence against women in the Amazonian context, produced in the last five years, whose focus of analysis fit into six descriptors, namely: domestic violence; gender violence; violence against women; analysis of the aggressor's speech; perpetrator of violence; and moral disengagement. The results found pointed to the occurrence of moral disengagement, through the use of mechanisms of moral justification, euphemistic language, advantageous comparison, displacement of responsibility, contempt or disregard of consequences and dehumanization, and no evidence was found of the use of the mechanism of diffusion of responsibility. It is hoped that the results of this study will contribute to the promotion of debates on the subject and to the realization of new studies, especially with a focus on the public served by the Abraço Project, of the Court of Justice of the State of Rondônia, guaranteeing a more attentive look and psychological performance for the population of this state.

KEYWORDS: Woman. Violence. Moral Disengagement. Hug Project. Social Psychology.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thays Coelho; COSTA, Maeli Araújo. Violência Doméstica Em Discursos: Mulher Agredida Versus Parceiro Agressor. *Linguagens & Cidadania*. v. 21, jan./dez. 2019 - art. 2 pág. 1-23. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/38095/pdf>. Acesso em 15 de mar de 2022.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade: Feminismos Plurais*. São Paulo, SP. Editora Jandaíra, 2019. E-book Kindle.

BANDURA, Albert et al. *Desengajamento moral: teoria e pesquisa a partir da teoria cognitiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. (Coleção Psicologia em Perspectiva)
CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em 15 de mar. de 2022.

DANTAS, Aline Rodrigues Moreira. *Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor* / Aline Rodrigues Moreira Dantas. - Porto Velho, Rondônia, 2017. 109 f. il.; Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Melissa Andréa Vieira de Medeiros. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI), Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Disponível em <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1569>. Acesso em 15 de mar de 2022.

FERRO, Álvaro. *O projeto abraço e a violência contra a mulher: relevância de um olhar sobre*

o agressor para a desconstrução da violência de gênero / Álvaro Ferro. -- Porto Velho, RO, 2019.105f.; Orientador: Prof. Dr. Rodolfo de Freitas Jacarandá. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) - Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Disponível em [https://dhjus.unir.br/uploads/84848484/arquivos/Defesas/2019/ALVARO%20\(2019\).pdf](https://dhjus.unir.br/uploads/84848484/arquivos/Defesas/2019/ALVARO%20(2019).pdf). Acesso em 15 de mar de 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. São Paulo: FBSP, 2021. ISSN 1983-7364 • ano 15 • 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em 15 de mar. de 2022.

LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2017. — (Coleção primeiros passos; 39). E-book Kindle.

MADEIRA, Lígia Mori; PROSENEWICZ, Ivania. Violência Doméstica e Familiar: Análise das Representações Sociais em Rondônia. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 15, n. 1, 22-39 fev/mar, 2021. Disponível em <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1139/377>. Acesso em 15 de mar. de 2022.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 5, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=619866399010>. Acesso em 21 de mar. de 2022.

PROSENEWICZ, Ivania. Violência Doméstica e Familiar: Representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia. /Ivânia Prosenewicz. -- Porto Alegre, BR-RS, 2018. 141f.; Orientadora: Lígia Mori Madeira. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182970/001076831.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 de mar de 2022.